****

**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE**

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**SECRETARIADO DO CONSELHO DE MINISTROS**

**Aos Órgãos de Comunicação**

O Conselho de Ministros, reunido na sua 10.ª Sessão Ordinária, no dia 26 de Março de 2019, apreciou o Relatório da Visita de Estado de Sua Excelência Presidente da República ao Reino de Eswatini, de 15 a 17 de Março de 2019.

O Governo apreciou o Relatório Anual Concernente à Evolução do Tráfico e Consumo Ilícitos de Drogas, Registado no ano 2018, a submeter à Assembleia da República.

Ainda nesta Sessão, o Conselho de Ministros apreciou e aprovou os seguintes diplomas:

* O Decreto que, sob proposta da Comissão Nacional de Eleições (CNE), altera o período de Recenseamento Eleitoral fixado pelo Decreto n.º 79/2018, de 12 de Dezembro, de 1 de Abril a 15 de Maio de 2019 para 15 de Abril a 30 de Maio de 2019, no território nacional, e de 16 de Abril a 15 de Maio de 2019 para 1 a 30 de Maio de 2019, no estrangeiro.

O adiamento do Recenseamento Eleitoral deve-se à Situação de Emergência Nacional resultante dos efeitos do Ciclone Idai que afectou as Províncias de Sofala, Tete, Manica, Zambézia e Inhambane.

* O Decreto que aprova o Regime Jurídico Transitório no âmbito do Decreto n.º 51/2017, de 9 de Outubro.

O Regime Jurídico Transitório estabelece o procedimento a observar em relação ao beneficiário que à data da entrada em vigor do actual Regulamento da Segurança Social Obrigatória, aprovado pelo Decreto n.º 51/2017, reunia ou reuniria no prazo de 5 anos, contados a partir dessa data, os requisitos para a fixação da pensão por velhice previstas no antigo Regulamento da Segurança Social Obrigatória, sendo-lhe aplicável quanto ao período de garantia, 300 meses com entradas de contribuições, desde que tenha sido inscrito no sistema, há pelo menos 30 anos.

* O Decreto que aprova o Regulamento do Sistema Nacional de Salvamento e Resgate para a Indústria Extractiva dos Recursos Minerais.

O Regulamento estabelece os princípios e regras que regem o estabelecimento e constituição dos corpos de salvamento nas empresas e o exercício das operações de salvamento e resgate na indústria extractiva dos recursos minerais no País, com vista a assegurar medidas de protecção do meio ambiente e infra-estruturas.

* A Resolução que ratifica a adenda ao Acordo de Prestação de Serviços Aéreos entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República Portuguesa, assinado em Lisboa, no dia 30 de Abril de 2018.
* A Resolução que ratifica o Acordo de Prestação de Serviços Aéreos entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República do Ruanda, assinado em Maputo, no dia 20 de Julho de 2018.
* A Resolução que ratifica o Acordo de Prestação de Serviços Aéreos entre o Governo da República de Moçambique e o Governo da República do Botswana, assinado em Maputo, no dia 31 de Outubro de 2018.
* A Resolução que ratifica o Acordo de Crédito celebrado entre o Governo da República de Moçambique e o Banco de Exportação e Importação da Índia, assinado no dia 31 de Dezembro de 2018, em Maputo, no montante de USD 95.000.000 (noventa e cinco milhões de Dólares Americanos) destinados ao Financiamento de Aquisição de Material Circulante Ferroviário, incluindo Locomotivas, Carruagens e Vagões.

Ainda nesta Sessão, foi apreciada a informação sobre a Situação de Emergência no período de 19 a 25 de Março de 2019, com destaque para o impacto do Ciclone Idai, bem como as acções de resposta realizadas e em curso.

Maputo aos, 26 de Março de 2019.